

Sistemas Alternativos de Produção Familiar

Manejo de açaizal em área de várzea – Abaetetuba, Pará

Patrícia de Lucena Mourão*

No início da década de 90, com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) pela Constituição de 1988, uma linha de crédito específica para a produção familiar rural da região amazônica propiciou a incorporação desse setor aos processos de modernização, antes exclusivamente dirigida aos grandes produtores.

Contudo, os projetos elaborados e implementados sob os padrões da Revolução Verde mostraram-se inadequados às condições sociais, econômicas, culturais e técnicas dos beneficiários(as).¹ Entre os principais problemas, destaca-se a imposição do uso dos insumos químicos, a utilização de metodologias inapropriadas, a padronização de projetos, que não levavam em conta as especificidades da região e dos envolvidos(as), e a elaboração de projetos sem diálogo com produtores(as).

O reconhecimento dos resultados negativos, especialmente na década de 70, gerou uma série de discussões em diferentes setores sociais, impulsionando o surgimento de correntes alternativas, com base agroecológica. Na Amazônia, o debate sobre a agricultura e as questões ambientais motivou o desenvolvimento de ações de capacitação e experimentação que promovessem a recuperação da qualidade dos solos, o aumento da biodiversidade, a conservação do patrimônio genético, a preservação dos recursos hídricos priorizando o uso dos recursos naturais locais, a garantia da segurança alimentar e a valorização e fortalecimento da produção familiar.

Muitas dessas experiências basearam-se no que produtores e produtoras desenvolviam secularmente em



Área de açaizal manejada pelo Sr. Agessé. Abaetetuba, Pará

suas localidades, a partir de seus conhecimentos tradicionais de uso e manejo dos recursos naturais. No Pará, essas práticas passaram a ser utilizadas para recuperar os projetos do FNO que estavam em situação de abandono. Compreendendo que os resultados dessas experiências deveriam servir de subsídios para a elaboração de políticas públicas para a produção familiar rural sustentável da Amazônia, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e a Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), com apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll (HBS), realizaram no período de 2000 a 2001 a pesquisa: *As experiências agroextrativistas alternativas da produção familiar rural no Pará*, procurando identificar como a adoção dessas técnicas estava contribuindo para a transformação dos sistemas de produção, tendo em vista a sua sustentabilidade, a preservação dos aspectos agroambientais e a segurança alimentar das famílias.

¹ Esses resultados foram verificados na pesquisa *O Processo de Implantação do FNO-Especial na Produção Familiar Rural Paraense*, realizada em 1998, pela Fase, pela Fetagri, pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA). Para aprofundamento, ver TURA e COSTA 2000 (orgs.). **Campeinato e estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/Fase.

O quadro a seguir sintetiza as 20 experiências selecionadas pela pesquisa e evidencia a grande diversidade de práticas adotadas que representam importante referência para favorecer o processo de intercâmbio com novos grupos de produtores.

Município	Práticas Agroecológicas
Abaetetuba	Manejo de açai, cobertura morta e diversificação do plantio. Consórcio de criações de peixe e aves em área de várzea.
Concórdia do Pará	Sistema agroflorestal de terra firme. Enriquecimento de capoeira – experiência coletiva.
Tomé-Açu	Consórcio de culturas.
Viseu	Roça sem queima, consórcio de culturas, sistema agroflorestal, sistema agrosilvipastoril, criação de abelhas.
Ourém	Sistema agroflorestal de terra firme.
Uruará	Sistema agroflorestal de terra firme. Tração animal, cobertura verde, rotação de culturas.
Santarém	Adubação orgânica e produtos alternativos para controle de pragas e doenças.
Monte Alegre	Extração de produtos florestais não madeireiros.
Ponta de Pedras	Sistema agroflorestal de terra firme – experiência coletiva. Consórcio de criação de peixes e aves.

Práticas agroecológicas desenvolvidas por produtores familiares rurais no Pará.

Aqui será apresentado o caso do Sr. Agessé, produtor com um lote de 19 hectares localizado às margens do rio Maracapucu Sagrado, a 30 minutos de barco da sede do município de Abaetetuba, Pará.

A família

O Sr. Agessé nasceu em Abaetetuba e trabalhou com o pai no mesmo lote que herdou em 1976 e que hoje explora com a família (Dona Maria, filhos, filhas, genros e noras – cinco mulheres, quatro homens e uma criança). A atividade econômica principal, passada de pai para filho, era o cultivo de cana-de-açúcar, vendida para um engenho local. A renda familiar era complementada pelo trabalho do Sr. Agessé, como agente de saúde, e pelos dois filhos, como carregadores de barcos que faziam o transporte de telhas e tijolos na localidade.

O Sr. Agessé e Dona Maria começavam a participar das reuniões do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Abaetetuba, da Associação de Produtores (Adempa) e do Centro de Tecnologia Alternativa de Tipiti. A inserção nessas organizações permitiu à família acesso à informação, financiamento e assistência técnica.

O sistema de produção

Nos anos 70, quando o Sr. Agessé assumiu a propriedade após a morte do pai, cinco hectares eram explorados com cana-de-açúcar e um hectare com manejo de açai. Coletava-se ainda andiroba (*Carapa guianensis*) para óleo e látex de seringueira (*Hevea brasiliensis*).

Porém, as sucessivas rotações no cultivo da cana-de-açúcar levaram ao desmatamento total do lote, obrigando a mudanças no uso da terra em meados da década de 80. Duas tentativas de implantar roças com cana-de-açúcar, arroz (*Oryza sativa*) e milho (*Zea mays*) fracassaram devido à invasão de porcos-do-mato.

No início da década de 90, o Sr. Agessé deu início a um sistema agroflorestal com o plantio de virola (*Virola surinamensis*), angelim (*Hymenolobium sericeum*), paricá (*Schizolobium amazonicum*), pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*), bacuri (*Platonia insignis*), mangaba (*Cercocebus torquatos*) e manga (*Mangifera indica*) em áreas de capoeira, por influência das discussões no STR de Abaetetuba e da assessoria que a Fase prestava às organizações de produtores locais. Em 1997, através da participação em cursos no Centro Tipiti, o Sr. Agessé implantou numa área de meio hectare o manejo alternativo de açai. Essa área foi chamada de “módulo agroflorestal”. A representação espacial do sistema de produção pode ser observada na Figura 1.

A vegetação resultante da regeneração natural das áreas desmatadas foi dominada por palmeiras como açai e miriti. O manejo tradicional consistia em manter o plantio de açai adensado, preservando o máximo de estipes por touceiras e fazendo replantio de mudas em áreas que não tinham açai. Além disso, eram realizadas de três a quatro capinas anuais, em que as outras espécies eram retiradas.

A prática de manejo alternativo do açai consiste no corte dos perfilhos mais velhos, menos produtivos e com baixo desenvolvimento. Esse material vegetal é depositado na área como cobertura morta. Essa inovação permitiu diminuir o número de limpezas para duas por ano. A própria capina também passou a ser mais leve. O corte das estipes de açai possibilitou fazer um novo arranjo e combinação de culturas na área e, ao ampliar o espaçamento entre as plantas, a família pôde introduzir outras

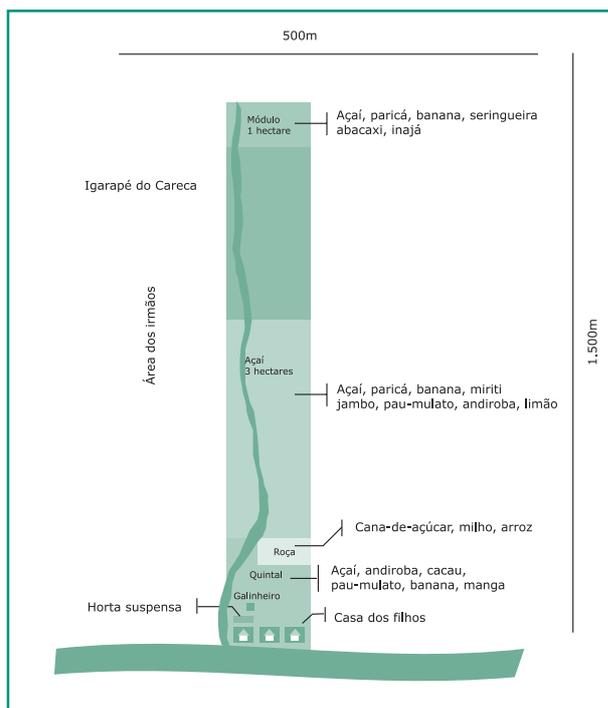


Figura 1: Croqui do sistema de produção da família do Sr. Agessé

espécies frutíferas e madeireiras, como banana (*Musa paradisiaca*), jambo (*Syzygium malaccense*), limão (*Citrus limon*), ingá (*Ingá heterophylla*), andiroba e pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*). No período da implantação do módulo, a assistência técnica era dada pelo Centro Tipiti.

Em 1999, após obter um financiamento pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex) do FNO/Banco da Amazônia, o Sr. Agessé ampliou a área de manejo para três hectares. No mesmo ano retomou o cultivo de roça, plantando meio hectare de cana-de-açúcar, arroz e milho, e deu continuidade às pequenas criações (20 galinhas), a uma pequena horta (girau suspenso), à pesca e à coleta de camarão. Essas atividades eram feitas exclusivamente pela família. Na divisão do trabalho, os afazeres domésticos (cozinhar, cuidar da casa e dos filhos) são realizados pelas mulheres. Estas também são responsáveis pelas criações, pelas hortaliças e pela colheita de frutas no quintal. Aos homens cabem as atividades de plantio e manejo nos “módulos agroflorestais” e na roça, assim como a colheita e comercialização dos produtos dessas áreas.

Durante as décadas de 80 e 90, a produção de frutas de açaí foi a base da renda do Sr. Agessé. De 1996 a 1999, a produção de frutos passou de 125 a 184 latas por hectare (em média), sendo que o total produzido na área subiu de 375 para 736 latas. Ou seja, com a realização do manejo alternativo do açaizal, houve um aumento de 47% na produção por hectare.

As demais culturas que contribuíram para a renda familiar nesse ano foram o miriti, com produção de 300 latas, e a cana-de-açúcar, com produção total de duas mil unidades. A renda anual de 1999, obtida com as três prin-

cipais culturas, foi de R\$ 1.400,00, dos quais 87% vindos da comercialização do açaí. As frutas, hortaliças, milho, arroz, aves e os produtos da pesca (peixes e camarão) são destinados, exclusivamente, para o consumo familiar.

Resultados das mudanças

A prática do manejo alternativo do açaizal trouxe resultados bastante positivos para a família do Sr. Agessé. Alguns problemas antes verificados, como a falta de diversificação de espécies em função da predominância do açaí, a dificuldade de introdução de novas espécies devido ao manejo tradicional local e à degradação do solo, foram sendo resolvidos com a introdução desse novo sistema de plantio. As condições do solo foram melhoradas com o aumento da matéria orgânica. Por outro lado, diminuiu a quantidade de trabalho, principalmente em decorrência da redução das espécies não-desejáveis e do número de capinas na área.

O açaí, como uma cultura tradicional de várzea, faz parte da dieta alimentar diária das famílias, sendo consumido na forma de suco e mingau, juntamente com o peixe e a farinha de mandioca. Além disso, ocupa papel importante na renda familiar. Portanto, o aumento da produção de açaí não só ampliou a renda, mas também veio contribuir para a segurança alimentar, uma vez que 46% dessa produção é destinada ao consumo familiar.

O plantio de diferentes espécies frutíferas e o resgate das culturas da roça também favoreceram a diversificação da fonte de alimentos, tirando a família da dependência exclusiva do consumo de açaí. No mesmo sentido, o cultivo de hortaliças e a criação de aves enriquecem a dieta alimentar com proteínas de origem vegetal e animal. Nesse aspecto, é importante ressaltar o papel fundamental das mulheres (esposa e filhas) que são as responsáveis pela manutenção dessa produção.

A família do Sr. Agessé e seu sistema de produção tornaram-se uma referência na sua comunidade e no Centro Tipiti. É um exemplo de sucesso da adoção de práticas agroecológicas para recuperação da biodiversidade vegetal e da produtividade dos solos, para a diversidade de produtos alimentares consumidos e para a ampliação da renda familiar.

**Engenheira agrônoma; mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável; técnica em Educação Não-Formal da Fase (www.fase.org.br) no Programa Amazônia/PA. patricia@fase-pa.org.br*